

HABEAS CORPUS Nº 548.960 - SP (2019/0358495-4)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : JOYCE CORREIA DE SOUZA
ADVOGADO : JOYCE CORREIA DE SOUZA - SP329357
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GRACIELA FRANCO MARTINS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. ESTELIONATO. CONDENAÇÃO. PEDIDO DE PRISÃO DOMICILIAR. MATÉRIA NÃO ANALISADA PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.

Writ indeferido liminarmente.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Graciela Franco Martins** contra ato coator da Segunda Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, que indeferiu liminarmente o *writ* lá impetrado.

Tem-se dos autos que a paciente foi condenada à pena de 1 ano e 2 meses de reclusão, em regime semiaberto, e 11 dias-multa, como incursa no art. 171, *caput*, do Código Penal.

Após o trânsito em julgado da condenação, foi determinada a expedição de mandado de prisão. Requerida a prisão domiciliar, o Juízo da 2ª Vara Criminal da comarca de Sumaré/SP indeferiu o pedido.

Em sequência, foi impetrado *habeas corpus* no Tribunal de Justiça, que, por sua vez, indeferiu liminarmente o *writ*, ante a indevida supressão de instância.

Daí o presente *habeas corpus*, em que se alega constrangimento ilegal no indeferimento do pedido de prisão domiciliar, ao fundamento de que *a jurisprudência também tem entendido pela possibilidade do deferimento da prisão domiciliar quando mostre-se evidente a ofensa direta aos direitos fundamentais do indivíduo, e de crianças menores de 12 anos que exijam cuidados, capazes de tornar inviável o cumprimento da sanção corporal em estabelecimento prisional, e justificável seu*

Superior Tribunal de Justiça

cumprimento de pena em prisão domiciliar (fl. 7).

Requer, assim, a concessão liminar da ordem *para que a paciente possa cumprir sua pena em prisão albergue domiciliar* (fl. 12).

É o relatório.

Pelo que se tem dos autos, o Tribunal de Justiça indeferiu liminarmente o *writ* lá impetrado por indevida supressão de instância, conforme se infere do seguinte trecho (fl. 78):

[...] No caso em apreço, verifica-se da decisão impugnada (fl. 71), que o Juízo de conhecimento ressaltou não ter competência para a análise do pedido, pois a prisão da paciente decorre de sentença transitada em julgado.

Portanto, tendo em vista que não houve pronunciamento do Juízo competente a respeito do pedido de prisão domiciliar, este Tribunal não pode reconhecer a existência de constrangimento contrário ao ordenamento jurídico, decorrente do indeferimento do benefício, ainda mais na estreita via cognitiva do habeas corpus, mormente porque não está demonstrada flagrante ilegalidade.

Pelo exposto, indefiro liminarmente a impetração, nos termos do artigo 248 do RITJSP e do artigo 663 do Código de Processo Penal.

Nesse passo, considerando a falta de manifestação acerca da insurgência pela Corte estadual, a análise da matéria, aqui e agora, incorre, também, em indevida supressão instância.

Ante o exposto, **indefiro liminarmente** o *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator